AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

ENERGIA E ÓLEOS VEGETAIS

VOL. 6 – Nº 7 JULHO DE 1982

PERIÓDICOS

40

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional; Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha
Estagiários
Carlos Derouineau Antunes Neto
Cláudia Rodrigues Campos
Cristina Pinho Corrêa
Deborah de Almeida Lima
Edmilson Marques Lana

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administreção de
Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Página

Análise

Energia e Óleos Vegetais 2

Comentários

Álcool 14

Pecuária de Leite 17

Suco Cítrico 20

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo . . 24

Preços no Mercado Interno . . 26

Preços Relativos 28

NOTA DA EDIÇÃO

A produção de energia a partir da biomassa é, certamente, um dos trunfos com que o país conta para reduzir sua excessiva dependência em relação ao petróleo importado. Por essa razão, criou-se o Proálcool, programa destinado a diminuir o consumo de gasolina pela frota automotiva do país, mediante a oferta de um substituto produzido internamente.

Não obstante a queda no preço do petróleo registrada nos últimos dois anos, permanece a incerteza não só com relação à evolução dos preços deste produto mas, também, no que diz respeito à garantia de suprimento no futuro.

É no interregno das crises que a reflexão sobre problemas dessa ordem torna-se menos apaixonada e, por isso mesmo, mais profícua. Por acreditar que o problema energético deve ser objeto de discussão permanente dentro do país, o **Grupo de Informação Agrícola** *dedica este número, em boa parte, à contribuição que se pode esperar da agricultura na busca de alternativas energéticas para o Brasil.*

O estudo da página 2 examina o aproveitamento dos óleos vegetais com fins energéticos. Um conjunto de culturas, temporárias e perenes, é analisado para efeito de substituir o óleo diesel. Em nenhum dos casos a substituição está isenta de dificuldades ou de problemas. Apesar disso, a conclusão do estudo é de que o prosseguimento das pesquisas e experimentos na área de combustíveis vegetais alternativos é, ainda hoje, um imperativo para o país, a fim de que, a médio prazo, o problema da dependência excessiva do petróleo importado seja solucionado.

Ainda na área energética, o comentário da página 14, alerta para a possibilidade do aparecimento de um excedente de álcool hidratado nos próximos anos, caso não seja procurada a ampliação do mercado consumidor de álcool. A sugestão é de que sejam reforçados os estímulos para o aproveitamento do álcool como matéria-prima na indústria química e farmacêutica e de que se busque empregá-lo como substituto do óleo diesel no transporte urbano e de carga. Isso seria possível, viabilizando-se a fabricação de ônibus e caminhões de médio porte e aprofundando-se as pesquisas voltadas para permitir a utilização do álcool como combustível para tratores agrícolas.

Além da preocupação com a questão energética, esse número de **"Agroanalysis"** *trata, ainda, de dois problemas em evidência: a política leiteira e o acordo entre produtores de laranja e indústrias de suco cítrico, quanto aos preços que vigorarão na atual temporada.*

ENERGIA E ÓLEOS VEGETAIS

AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO PAÍS NA ÁREA DE ENERGIA TÊM SIDO DENOMINADAS COMO A "CRISE ENERGÉTICA BRASILEIRA", POSSIVELMENTE DE MODO EQUIVOCADO. ISTO PORQUE HÁ UM AMPLO LEQUE DE ALTERNATIVAS PARA A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS ATUALMENTE ENFRENTADOS, ALGUMAS DELAS JÁ ADOTADAS, OUTRAS AGUARDANDO SUA VEZ. O PRESENTE TRABALHO PROCURA DISCUTIR UMA DESTAS, QUE SERIA UMA NOVA CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA: O APROVEITAMENTO DOS ÓLEOS VEGETAIS COM FINS ENERGÉTICOS

A partir do encarecimento do petróleo, em fins de 1973, o Brasil vem desenvolvendo esforços no sentido de reduzir a sua dependência externa de suprimento desta matéria-prima. Apesar disso, ainda importa cerca de 750 mil barrís/dia enquanto sua produção, embora crescente, não ultrapassa a casa dos 250 mil barrís/dia.

Talvez de maneira errônea, o hiato entre a produção e o consumo de petróleo seja comumente apresentado como "crise energética brasileira". O país, entretanto, possui disponibilidades energéticas naturais consideravelmente amplas, como é o caso do potencial hidrelétrico, ou das reservas de xisto betuminoso e carvão. Possui, ainda, um Programa Nuclear em andamento, que visa também à produção de energia elétrica.

O problema energético, visto de um horizonte mais amplo, reside, portanto, no aproveitamento (economicamente viável) das fontes de energia disponíveis no país e em sua adequação a uma estrutura de demanda relativamente flexível. Isto porque existe o problema de que, para cada derivado do petróleo, há uma demanda específica. Por exemplo: em alguns casos, o óleo combustível pode ser substituído por carvão, lenha ou gás, no entanto, um programa de substituição deste derivado, ou de qualquer outro implemento, de forma isolada, não reduziria, necessariamente, o montante das importações de petróleo cru. Este é, notadamente, o caso do Proálcool, criado com o fim de diminuir o consumo de gasolina pela frota automotiva do país, através da oferta de um substituto produzido internamente.

Atualmente, há sobras de gasolina (em função do crescimento de seu preço ao consumidor e, principalmente, da atuação do Programa do Álcool) e, muito provavelmente, passarão a ocorrer sobras, também, de óleo combustível, na medida em que entrarem em funcionamento os equipamentos adaptados para a utilização, em fornos e caldeiras, dos combustíveis alternativos. Contudo, no que diz respeito ao óleo diesel, o problema permanece em aberto, por diversos motivos. Entre eles, a própria estrutura industrial de craqueamento e refino instalada no país, que não permite elevar de maneira significativa a quantidade de diesel extraída de cada unidade processada de petróleo. Para que isso ocorresse, ter-se-ia que instalar, a custos muito elevados, nas refinarias hoje existentes, uma nova unidade que realizaria o chamado "hi-

drocraqueamento". Segundo informam as publicações especializadas, a instalação dessa unidade só seria justificável em uma nova refinaria. Como o parque de refino já conta com razoável folga (1,6 milhão de barrís/dia versus 1 milhão de barrís, volume aproximado processado diariamente), é possível supor que a capacidade de processamento (e, portanto, a instalação de novas unidades) deverá crescer muito lentamente.

Assim, tem-se que o aumento da produção de óleo diesel terá de resultar — a grosso modo — de um aumento da quantidade craqueada de petróleo. Simultaneamente, estão e estarão em andamento os processos de substituição do consumo de gasolina por álcool e de óleo combustível por carvão (vegetal e mineral) e, ainda possivelmente, por xisto, (a expansão da unidade-piloto de Santa Catarina encontra-se em estudos pela Petrobrás) o que fará aumentar, a médio prazo, as "sobras" desses dois derivados. Como o óleo diesel tem registrado as maiores taxas de crescimento em seu consumo, o ponto de estrangulamento — em termos de crescimento da demanda por petróleo — passará a ser cada vez mais este combustível, a não ser que sejam tomadas medidas no sentido da racionalização da demanda ou, então, de expansão da oferta. Desta forma, torna-se cada vez mais premente o delineamento de uma política que, num primeiro momento, vise a estimular a racionalização e, mesmo, a redução do uso de óleo diesel. Para tanto, o instrumento mais adequado seria, provavelmente, uma política de preços que encarecesse, em termos reais, o óleo diesel. Esse mecanismo tem, por outro lado, o ônus da pressão por ele exercida sobre os custos de transporte e sobre o próprio índice inflacionário. A solução, portanto, parece ser a combinação de uma política realista de preços com o estímulo ao desenvolvimento e à expansão de meios de transporte que utilizem fontes energéticas alternativas (principalmente a eletricidade). Adicionalmente, pode-se conjecturar a possibilidade de se misturarem óleos vegetais em pequenas proporções — 10% por exemplo — ao óleo diesel.

Com esta finalidade, é interessante examinar os dados referentes ao crescimento do consumo dos diversos derivados de petróleo, expostos no Quadro 1. Para uma melhor compreensão da evolução desse consumo, seria interessante observar a série por partes. A gasolina, por exemplo, praticamente teve seu consumo duplicado entre 1967 e 1974. A partir daí, passa a crescer muito lentamente até decair, em termos absolutos, em 1980 e novamente em 1981 (com relação a esse último ano, dispõem-se, ainda, de estimativas). As explicações para isso são o aparecimento do Proálcool, com a utilização do álcool carburante em veículos a gasolina ou a álcool puro, a partir de 1979 e, também, o acelerado crescimento, em termos reais, dos preços de venda da gasolina ao consumidor (ver Quadro 2 e Gráfico 1).

O consumo de óleo combustível, por sua vez, também apresentou taxas de crescimento anuais diferenciadas. No período 1967/74, essa taxa foi de 12% enquanto que, de 1975 a 1979, o crescimento foi de 6,5% ao ano. Já em 1980 e em 1981, registraram-se quedas de consumo em termos absolutos. O crescimento entre 1967 e 1974 pode ser explicado principalmente pelo acelerado crescimento da economia em fins da década de 60 e início da de 70. Ainda naquele período, os preços do óleo combustível eram fortemente subsidiados e, conforme pode ser observado no Quadro 2, eles se situavam bem abaixo dos demais derivados*.

A partir de 1975, os preços do óleo combustível foram sendo reajustados em termos reais, até que, em 1980 e 1981, combinaram-se reajustes mais acentuados de preços, diminuição do ritmo da atividade econômica e início da substituição por fontes energéticas alternativas, fazendo com que o consumo estimado de óleo combustível em 1981 se situasse próximo do de 1976 — algo em torno de 14,5 milhões de m^3 (ver Gráfico 2).

O caso do óleo diesel, porém, é diferente. Seu consumo cresceu a uma taxa de 12% ao ano entre 1967 e 1974 e a 10%, entre 1975 e 1979, só apresentando um ligeiro decréscimo em 1981. Os preços deste óleo, por outro lado, sofreram um reajuste, em termos reais, de 110% entre 1970 e 1981 (conforme o Quadro 2). O conjunto desses dados e os Gráficos 1, 2 e 3 indicam que a estrutura da demanda por óleo diesel é bastante inflexível. Além disso, como os preços do diesel ainda recebem um subsídio (isto é, são vendidos abaixo do chamado "preço do derivado médio") há um estímulo adicional à sua utilização, em detrimento de outras alternativas. Mesmo que se venha a implementar uma política

* Como se sabe, existe um custo de processamento de petróleo que, somado ao preço de aquisição da matéria-prima, formaria, a grosso modo, o "preço-médio" dos diversos derivados. As autoridades governamentais, entretanto, fixam preços de venda aos consumidores de acordo com a estratégia por elas traçada de subsidiar ou desestimular o consumo deste ou daquele derivado.

de acréscimos reais nos atuais preços do óleo diesel, é possível supor que seu consumo não sofrerá decréscimos significativos.

Essa afirmativa é reforçada pela constatação de que, nos documentos oficiais, o óleo diesel e os motores que o utilizam não dispõem, hoje, sequer de projeções de substituição para os anos vindouros. O Balanço Energético de 1980, do Ministério das Minas e Energia, estima que, em 1985, utilizar-se-á mais intensamente energia primária proveniente das fontes tradicionais que não o petróleo (carvão, bagaço de cana, álcool etc. . .) e de novas fontes alternativas, como o xisto betuminoso ou a energia nuclear (ver Quadro 3). No entanto, nenhuma dessas "fontes" substitui o óleo diesel, nem pode ser diretamente empregada nos motores por ele movidos, atualmente.

Portanto, tanto do ponto de vista da demanda, como das projeções de oferta, tem-se a indicação de que as necessidades de importação de petróleo não sofrerão, em termos absolutos, a queda tão almejada. Poder-se-á lançar mão, é bem verdade, de importações somente de óleo diesel, se essa alternativa vier a se tornar mais atraente (o que dificilmente ocorrerá, dada a capacidade instalada no país) do que processar o petróleo importado e reexportar excedentes.

Numa ou noutra hipótese, o problema fundamental permanece. Isto é, continuará a existir a dependência externa de um insumo que movimenta a economia do país. Além disso, mesmo que os preços do petróleo, a curto prazo, não sofram elevações, em função de uma folgada situação da oferta, a tendência de médio e longo prazos é, indubitavelmente, o esgotamento dos poços e o encarecimento dos preços, apesar das recentes reavaliações para cima das reservas mundiais.

Ainda que o consumo de óleo diesel passe a crescer bem mais lentamente como, por exemplo, a 4% a.a., entre 1981 e 1985, ter-se-ia, neste último ano, uma demanda de 21 milhões de m^3, que teriam de ser obtidos do processamento de aproximada-

QUADRO 1

BRASIL — Consumo de Diversos Derivados de Petróleo
1967-81 (1.000 m^3)

	Gasolina para Automóveis	Óleo Diesel	Óleo Combustível	Total
1967	7.247	4.898	6.279	21.402
1968	8.216	5.534	7.663	24.714
1969	8.748	5.932	8.404	26.578
1970	9.705	6.515	8.238	28.274
1971	10.617	7.158	9.890	31.811
1972	12.004	8.179	10.217	35.033
1973	13.929	9.712	12.630	41.407
1974	14.322	10.749	13.950	44.615
1975	14.619	11.996	14.794	47.286
1976	14.724	13.797	16.479	51.367
1977	14.103	14.807	16.802	52.445
1978	15.246	16.164	18.308	57.223
1979	15.646	17.600	19.003	60.555
1980	14.060	18.908	17.988	nd
1981	12.450*	18.110	14.487	nd

FONTES: Balanço Energético Nacional, Conjuntura Econômica, Informe Estatístico do MIC — Maio/82
* Estimativa.
nd — não disponível.

mente 1,27 milhão de barrís de petróleo/dia*, quando hoje se processa algo em torno de 1 milhão de barrís diários e o próprio Balanço Energético de 1980, projeta, para 1985, o consumo de 840 mil barrís de petróleo a cada 24 horas.

Confirma-se, assim, a necessidade da busca de soluções alternativas à utilização do óleo diesel, ainda que a curto prazo essas "soluções" não ofereçam viabilidade econômica, como é o caso dos óleos vegetais, hoje. Tecnicamente, os óleos vegetais possuem características físico-químicas diferenciadas entre si e distintas, também, das do óleo diesel. Diversos trabalhos expõem exaustivamente essas diferenças, descrevendo experiências realizadas desde o início do século, em diversos países. Apesar de não haver um resultado único ou consensual desses estudos, o que se depreende, numa primeira aproximação, é que estes óleos poderiam movimentar veículos de "ciclo diesel", desde que fossem feitas algumas depurações em sua composição e/ou introduzidas modificações nos motores ora existentes.

As fontes possíveis de óleos vegetais são as mais diversas. Os testes realizados, por outro lado, não chegaram à conclusão de qual seria o óleo tecnicamente mais recomendado para a substituição do diesel. Além disso, existem questões de caráter institucional e econômico que se misturam com os problemas de "ordem técnica". Fica, então, difícil, saber se o fato de não se ter chegado, até o momento, a uma conclusão sobre que modificações seriam necessárias para se adaptar os óleos vegetais aos motores existentes, (ou, de outra forma, os motores existentes aos óleos vegetais) é uma questão apenas de ordem técnica. Essa dúvida é difícil de ser respondida.

Talvez essa "solução de ordem técnica" fosse mais rapidamente encontrada se os setores de produção estatais e privados ligados diretamente ao "problema-diesel" estivessem sendo premidos, economicamente, a buscar uma saída.

Ao contrário, a postura destes setores, até o momento, sobre a questão da disponibilidade do óleo diesel — ou outro qualquer, de características idênticas, que se adapte perfeitamente aos motores hoje existentes — tem sido a de considerá-la como de exclusiva responsabilidade do governo. Aos fabricantes dos motores caberia apenas testar os combustíveis alternativos apresentados e sugeridos por órgãos oficiais e dizer se servem, ou não, para o emprego em suas máquinas.

Por outro lado, tanto os agricultores que cultivam oleaginosas em caráter empresarial, como a indústria de óleos vegetais, têm seu pólo dinâmico principalmente na exportação. Até que houvesse uma definição clara do governo em termos de incentivos, eles não teriam motivo para manifestar interesse especial na substituição do óleo diesel pelos de origem vegetal.

* Considerando a extração de 30% de diesel por cada barril de petróleo processado. Essa média poderá ser elevada para algo em torno de 40%, caso sejam feitos investimentos adicionais em algumas unidades de processamento.

QUADRO 2

BRASIL — Preços Médios Anuais, em Nível de Consumidor, de Diversos Derivados de Petróleo 1970-81 (Cr$/l)

Derivados	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
GLP	24,04	24,97	27,18	26,71	32,17	35,08	32,41	32,06	30,90	27,87	22,88	21,49
Gasolina	27,88	28,57	30,32	30,66	45,76	57,49	67,48	67,48	64,00	69,34	98,84	93,91
Querosene	24,74	25,44	28,57	27,88	31,94	34,85	34,15	35,54	36,01	46,00	49,83	49,13
Diesel	23,46	25,35	25,90	25,20	26,60	30,55	32,29	36,12	35,08	41,47	42,74	49,25
Óleo Combustível	5,11	5,69	5,81	5,81	6,50	6,97	8,01	8,13	8,01	10,34	18,93	24,28

FONTE: Conjuntura Econômica e Petrobrás.
Obs.: Foram tomados os preços médios anuais como se estivessem vigorando em junho. A correção dos preços é, portanto, de junho de cada ano para dezembro de 1981, pelo IGP — col. 2.

Dentro desse cenário, órgãos governamentais realizam pesquisas e encontram "resultados promissores"; empresas diversas efetuam estudos e se deparam, em maior ou menor grau, com problemas nos motores, em função das características dos óleos vegetais. A proposta que, até o momento, tem tido maior aceitação por parte dos fabricantes é a de modificar a composição química dos óleos vegetais, através da adição de etanol, produzindo uma substância denominada ester etílico, bastante parecida com o óleo diesel. Evidentemente, esse processo encareceria ainda mais a substituição, na medida em que ao preço do óleo vegetal se somaria o custo de seu processamento industrial. Além disso, seriam requeridas ponderáveis quantidades de etanol para a realização da reação química.

O argumento mais forte em favor da substituição de óleo diesel por óleos vegetais é o de que estes podem ser produzidos internamente e constituem uma fonte energética renovável. As dificuldades a serem contornadas, não obstante, são diversas. Em primeiro lugar, a produção desses óleos em larga escala teria de ser proveniente de sementes oleaginosas de reconhecida adaptação ao solo e clima brasileiros, ao mesmo tempo em que teriam de ter os processos de cultivo empresarial perfeitamente conhecidos.

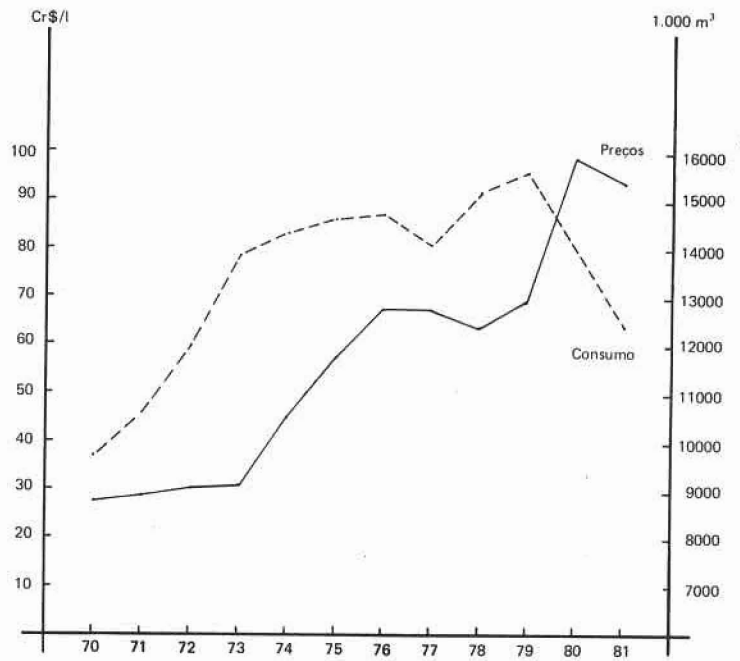
Cabe então examinar as possibilidades de substituição do óleo diesel por alguns dos principais óleos vegetais produzidos no Brasil. Evidentemente, não são só fatores de ordem técnica que atuam como inibidores de uma possível substituição, a curto ou médio prazo. Em algumas destas lavouras, as condições de cultivo são extremamente rústicas — por vezes marcadas por um semi-extrativismo — e, em outras, a baixa capitalização dos agricultores é responsável por um longo processo de estagnação.

O desenvolvimento do cultivo de oleaginosas no Brasil praticamente pode ser dividido em dois períodos distintos: antes e depois da expansão da soja como grande lavoura comercial.

No primeiro momento, o amendoim e o algodão ocupavam lugar de destaque na produção conjunta de oleaginosas, assim como no consumo interno de gorduras vegetais (ver Quadros 4 e 5).

GRÁFICO 1

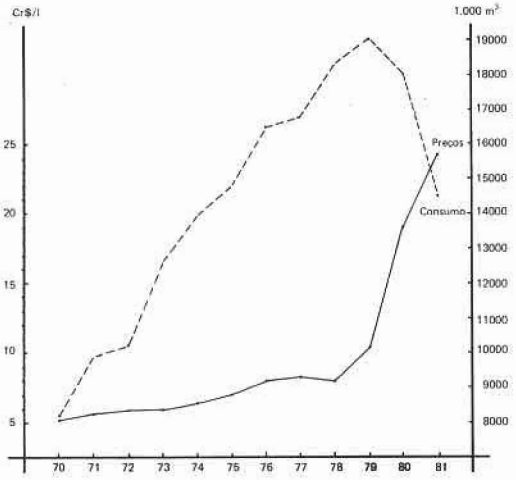
Evolução do Consumo e dos Preços de Venda da Gasolina — 1970-81 (Cr$/l e 1.000 m³)



FONTES: Balanço Energético Nacional, Conjuntura Econômica e Petrobrás.
Obs.: Preços reais — Dezembro-81.

GRÁFICO 2

Evolução do Consumo e dos Preços de Venda de Óleo Combustível – 1970-81 (Cr$/l e 1.000 m³)



FONTES: Balanço Energético Nacional, Conjuntura Econômica e Petrobrás.
Obs.: Preços reais – Dezembro-81.

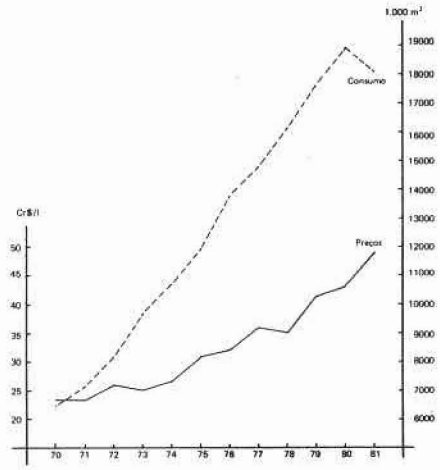
A expansão da soja, contudo, modificou radicalmente, em termos nacionais, o quadro existente. De um total de 17 milhões de t de oleaginosas produzidas em 1981, a soja respondeu por 90%, ao passo que, em 1971, a sua participação apenas ultrapassava os 30% (ver Quadro 6).

As causas do crescimento da soja e da retração das outras lavouras encontram-se intimamente associadas. Por um lado, o crescimento da demanda mundial por farelos proteínicos viria impulsionar a expansão do cultivo de uma planta de que se extraem 78% de farelo, com teor de proteína da ordem de 45%.

O crescimento dessa demanda, em nível inter-

GRÁFICO 3

Evolução do Consumo e dos Preços de Venda do Óleo Diesel – 1970-81 (Cr$/l e 1.000 m³)



FONTES: Balanço Energético, Conjuntura Econômica, Petrobrás.
Obs.: Preços reais – dezembro-81.

nacional, estimulou a rápida modernização das lavouras, especialmente no Centro-Sul do país. Assim, criou-se um pólo dinâmico na agricultura brasileira de alta rentabilidade, resultado de um cultivo tecnificado voltado para atender a um mercado externo, em franca expansão. Neste período, a hegemonia econômica da soja tornou-se evidente em relação a todas as demais culturas, inclusive em relação às demais oleaginosas.

Desta forma, a área ocupada com algodão decresceu substancialmente em todos os estados do Centro-Sul, exceção feita apenas ao Paraná, onde a área colhida de algodão herbáceo apresentou um pequeno crescimento entre 1973 e 1980. Também a área do amendoim decresceu nos dois estados maiores produtores (São Paulo e Paraná) de forma que dos 606 mil ha ocupados pela cultura no país, em 1968, restavam apenas 311 mil, em 1980.

A perda de área do algodão, apesar de sua produção do Centro-Sul (a produção nordestina tem seu decréscimo explicado por outros fatores), ter passado também por um processo de modernização nos anos 70, encontra explicação nas características da própria cultura. Em primeiro lugar, a demanda por algodão é determinada, em termos de mercado, pela demanda por fibra. Do peso total do algodão em caroço, 30% correspondem à fibra, que é o produto nobre da cultura, açambarcando a quase totalidade do valor. Os 70% restantes do peso, ou seja, o caroço de algodão, quando esmagados, apresentam rendimentos em farelo e proteína inferiores aos da soja (ver Quadro 7).

Outros fatores teriam contribuído ainda para a retração da produção de algodão. Dentre eles, destacam-se a redução da participação brasileira no mercado mundial do algodão em pluma, a extrema competitividade do mercado de têxteis (que dificulta um crescimento mais acelerado da participação brasileira) e as características do cultivo no Nordeste, onde vêm-se registrando quedas sistemáticas nos rendimentos físicos por hectare, em todos os estados produtores.

O amendoim, por sua vez, constitui-se numa lavoura demandante de mão-de-obra intensiva, de baixo grau de tecnificação, altamente suscetível a pragas e doenças. Os produtores dessa oleaginosa

QUADRO 3

BRASIL – Projeção do Consumo de Energia Primária em 1985

Fontes Energéticas	Barris Equivalentes de Petróleo/Dia
Petróleo Nacional	420.000
Petróleo Importado	420.000
Gás Natural	25.000
Xisto	25.000
Álcool (energético)	145.000
Bagaço de Cana	198.000
Carvão Mineral	364.000
Carvão Vegetal	187.000
Lenha	394.000
Energia Hidráulica	1.354.000
Energia Nuclear	23.000
Outras	15.000
Subtotal	3.570.000
Conservação de Energia	140.000
TOTAL	3.710.000

FONTE: Balanço Energético Nacional – 1980.

QUADRO 4

BRASIL — Produção das Principais Sementes Oleaginosas
1961-70 (1.000 t)

Produtos \ Ano	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
Algodão em caroço	1.828,5	1.902,3	1.956,9	1.770,3	1.986,3	1.865,4	1.692,1	1.999,5	2.110,8	1.955,0
Amendoim	584,4	647,8	603,8	469,7	742,7	894,9	750,7	753,9	753,9	928,1
Soja	271,5	345,2	322,9	304,9	523,2	595,0	715,6	654,5	1.056,6	1.508,5
Mamona	224,7	217,8	225,0	239,9	310,3	355,0	329,3	355,2	370,3	378,4
TOTAL	2.909,1	3.113,1	3.108,6	2.784,8	3.562,5	3.710,3	3.487,7	3.763,1	4.291,6	4.770,0

FONTES: Anuário Estatístico — IBGE; Suplan; Fao Production Yearbook.

não conseguiram modernizar as lavouras suficientemente para competir com a soja.

Talvez tenha pesado decisivamente para isso o o fato de que o amendoim possui um elevado teor de óleo (40%) e um relativamente baixo teor de farelo (55%) o que dava à soja, numa conjuntura onde a demanda mundial por proteínas vegetais crescia rapidamente, uma enorme vantagem comparativa.

Juntamente com o algodão e o amendoim, a mamona faz parte do grupo das "oleaginosas tradicionais". Como elas, a mamona também tem tido grandes reduções de área em São Paulo e, conforme apontado no Quadro 8, tem apresentado expansão significativa somente na Bahia. O nível tecnológico das plantações é muito diverso, no país, variando desde culturas espontâneas até as lavouras mecanizadas. Como seu óleo (em torno de 45% da baga) é um excelente lubrificante e uma matéria-prima industrial de amplo espectro, a mamona se diferencia das demais oleaginosas, substitutas entre si.

Recentemente, vem-se tentando introduzir, duas "novas" lavouras como alternativas para o binômio trigo-soja. São elas, o girassol e a colza. O girassol, há pouco introduzido em São Paulo e Paraná, não se constitui exatamente numa "nova" opção, uma vez que já foi cultivado nos anos 60,

QUADRO 5

BRASIL — Disponibilidade Interna de Óleos Vegetais
1966-70 (1.000 t)

	1966	1967	1968	1969	1970
Soja	74	81	75	102	168
Algodão	135	112	138	177	146
Amendoim	122	112	69	90	131
Babaçu	67	51	65	100	85

FONTE: Balanço Alimentar do Brasil — 1966/68 e 1968/70 — Ministério da Saúde.

na região Sul, com resultados insatisfatórios. A cultura foi, então, abandonada, retornando agora, sem maior garantia de que o fracasso não se repetirá.

Quanto à colza, a Cotrijuí vem realizando pesquisas já há alguns anos e, a partir de 1980, teve início o plantio comercial dessa oleaginosa no Rio Grande do Sul.

Tanto o girassol quanto a colza, de toda a forma, representam, em tese, a chamada "opção de inverno" ou seja, das áreas normalmente ocupadas com a soja no verão (numa superfície superior a 8 milhões de ha) apenas uma parcela, próxima dos 3 milhões de hectares é plantada com trigo no inverno e, em muito menor escala com os demais cereais (cevada, aveia e centeio, basicamente). No entanto, estes cereais não estão adaptados ainda às condições edafoclimáticas brasileiras, tendo, invariavelmente, problemas com geadas, excesso de chuvas na primavera etc. . .

A colza e o girassol seriam, assim, semeadas em sucessão com a soja (complementarmente ao trigo ou em lugar dele) propiciando duas safras anuais de oleaginosas. Esta prática, além de reduzir os custos fixos de produção (da mesma forma que o trigo), elevaria substancialmente as receitas dos produtores. Isto ocorreria, na medida em que essa segunda safra teria, à semelhança da soja, preços em relação direta com a paridade internacional.

Quanto ao coco, babaçu e dendê — culturas perenes das regiões Norte e Nordeste — a situação é muito diferente das oleaginosas de ciclo anual ("tradicionais" ou "novas"), semeadas no Centro-Sul do país. Essas culturas, apesar de serem plantas perfeitamente adaptadas às condições do país, não foram ainda objeto de ensaios agronômicos e de melhoramento genético, de modo a se obter uma produção padronizada. Por esse motivo, o seu aproveitamento econômico encontra-se num estágio muito próximo do simples extrativismo.

Assim, os frutos dessas palmáceas não têm aproveitamento integral — utilização econômica de todas as suas partes — o que daria maior viabilidade à sua exploração.

Em função do rendimento físico em óleo de cada uma delas* e do fato de que o óleo de dendê, se convenientemente processado, resulta num produto similar ao derivado da soja, por exemplo, a cultura do dendê teria condições, ao menos em tese, de

* O rendimento físico é o seguinte:
Coco — 1.500 kg/ha
Babaçu — 640 kg/ha
Dendê — 4.000 kg/ha

QUADRO 6

BRASIL — Produção das Principais Sementes Oleaginosas — 1971-81 (1.000 t)

Ano / Sementes	Algodão em Caroço	Amendoim	Colza	Dendê	Girassol	Mamona	Soja	Total
1971	2.270,6	944,7	—	185,0	—	361,9	2.077,3	5.839,5
1972	2.510,6	956,2	—	190,0	—	385,1	3.229,6	7.271,5
1973	2.256,5	590,0	—	228,9	—	320,0	5.011,6	8.407,0
1974	1.958,8	438,9	—	240,0	—	430,0	7.876,5	10.944,2
1975	1.750,6	440,6	—	245,0	—	573,0	9.893,0	12.903,2
1976	1.247,0	513,9	—	270,0	—	353,0	11.227,1	13.611,0
1977	1.896,5	323,6	—	230,0	1	222,0	12.513,4	15.186,5
1978	1.510,8	325,2	—	260,0	3	277,0	9.540,6	11.916,6
1979	1.635,6	461,6	—	261,8	5	388,0	10.540,6	12.992,3
1980	1.673,2	482,8	3	266,0	20	325,0	15.152,6	17.922,6
1981*	1.730,3	355,0	12	nd	23	309,0	15.231,0	17.660,3

FONTES: Anuário Estatístico do IBGE, SUPLAN, Fao Production Yearbook..
* não inclui a produção de dendê.
nd — não disponível.

QUADRO 7

Diversas Oleaginosas — Teores Médios de Farelo e Óleo (%)

Oleaginosas	Teor médio de farelo	Teor médio de óleo	Teor médio de proteína no farelo
Soja	78	17,5	45
Amendoim	55	40,0	48
Caroço de algodão	60	17,5	38
Girassol	55	40,0	37
Colza	57	40,0	34

FONTE: Feedstuffs.

ter-se expandido num período de rápido crescimento do consumo (interno e externo) de óleos vegetais comestíveis.

A exploração racional do dendê em termos empresariais, entretanto, jamais conseguiu se expandir no país, apesar da crescente demanda internacional por óleo de palma (ou de dendê), na última década. Entre 1970 e 1980, as exportações mundiais mais do que duplicaram, passando de 165 mil t para 380 mil t.

As razões para o não-crescimento da cultura são diversas. Em primeiro lugar, o próprio fato de que as regiões mais aptas para o seu cultivo (principalmente, a região amazônica) carecem de todo o tipo de infraestrutura, o que dificulta enormemente a implantação (e a manutenção) das lavouras, bem como a comercialização da produção.

Além disso, a não-disponibilidade interna de sementes de variedades produtivas e o fato de se constituir numa cultura perene, de longo período de maturação dos investimentos (por isso mesmo, de difícil substituição em caso de fracasso comercial) fizeram com que o dendê não apresentasse maior atratividade.

Assim sendo, a produção de dendê (ver Quadro 6) no país, cresceu lentamente ao longo dos últimos anos, ao mesmo tempo em que a produ-

QUADRO 8

BRASIL — Área Colhida de Mamona, Segundo os Principais Estados Produtores 1965, 1970 e 1975/81 (ha)

Ano \ Estados	Bahia	São Paulo	Pernambuco	Brasil
1965	115.021	70.822	79.076	394.146
1970	134.811	54.686	83.644	380.986
1975	160.500	33.900	47.190	380.835
1976	115.000	22.800	32.850	266.776
1977	142.000	18.100	30.948	254.335
1978	194.700	34.327	36.885	350.336
1979	215.000	25.000	32.465	371.048
1980	288.000	27.148	30.329	437.332
1981	320.000	26.512	26.785	440.929

FONTES: Suplan e Anuário Estatístico — IBGE.

ção total de oleaginosas cresceu 207% entre 1971 e 1980.

Desta forma, se a demanda por óleos vegetais fosse substancialmente elevada, em função de um programa de incentivos à mistura com o óleo diesel, algumas culturas teriam condições de ter uma participação significativa nessa expansão e outras, não.

Das culturas analisadas nas páginas anteriores, o algodão dificilmente poderia ser cogitado para a produção de óleo, com finalidade energética. Em primeiro lugar, porque 30% de todo o acréscimo da produção seriam de fibra, que necessitaria de colocação no mercado interno e/ou externo. Além disso, o rendimento de óleo do caroço de algodão é de apenas 17,5%, conforme o Quadro 7.

Por outro lado, uma expansão significativa da cultura do amendoim, segundo os fatores descritos anteriormente, exigiria como pré-condição uma mudança qualitativa completa do atual sistema de cultivo. Ter-se-ia que obter internamente sementes melhoradas, o que tornaria a planta menos suscetível a muitas das pragas e doenças que a afetam hoje. Combinados a isso, seriam fundamentais a mecanização e utilização de insumos modernos na produção, que viabilizariam o crescimento da produtividade, a redução dos custos unitários e, conseqüentemente, o aumento da rentabilidade do produtor. Uma vez preenchidas essas condições é que se poderia pensar no amendoim como uma espécie oleaginosa capaz de atender aos requisitos de um programa de adição ao óleo diesel.

Em relação à mamona, a inadequação a esse tipo de programa baseia-se nas características lubrificantes do óleo de rícino.

Quanto ao girassol e à colza, sua expansão não deverá ser tão rápida quanto se imaginava inicialmente, apesar do já conhecido potencial da demanda das indústrias esmagadoras de oleaginosas. Isto porque, ambas as culturas são tradicionalmente cultivadas em países de clima temperado ou mesmo frio. Assim, a adaptação de variedades ao inverno brasileiro, bem como o conhecimento completo de seu cultivo por agricultores do país é um processo que demandará, naturalmente, vários anos.

Até agora, as variedades disponíveis de girassol vêm sendo tão afetadas pelas geadas quanto o trigo. A colza, por sua vez, enfrenta (no Brasil) diversos problemas, inclusive de indefinição quanto à época exata de sua colheita.

Acabariam restando, finalmente, a soja e o dendê (óleo de palma) com possibilidades, ainda que remotas, de se tornarem culturas produtoras de grandes quantidades de óleo. Dentre as duas, a da soja é que reúne as melhores condições para ter sua produção ampliada, porque seu cultivo é amplamente conhecido, podendo ser facilmente introduzido em áreas novas. É claro que essa expansão teria reflexos extremamente negativos sobre as áreas tradicionalmente ocupadas com outras culturas, em

QUADRO 9

ÓLEO DIESEL E ÓLEOS VEGETAIS SELECIONADOS: Preços no Mercado Internacional – 1976-80 – US$/t

Ano — Óleos	Diesel (Rotterdam)	Soja[1]	Palma (Rotterdam)	Amendoim (Rotterdam)	Algodão (Rotterdam)	Girassol (Rotterdam)	Colza[2] (Alem. Ocid.)
1976	89,74	432,40	433,25	689,00	592,25	580,60	464,35
1977	98,80	541,25	618,40	845,75	622,00	638,65	624,25
1978	106,65	589,90	763,90	1.079,15	680,50	667,25	619,24
1979	261,45	635,75	1.079,25	889,85	802,90	762,00	652,84
1980	251,90	547,00	672,75	851,25	656,40	615,60	643,86

FONTE: Oil World.
[1] Preços no disponível em Nova Iorque.
[2] Preços de exportação.

especial as de alimentos. Além disso, em face do baixo teor de óleo (18%) dessa leguminosa, o aumento da área plantada, necessário para a substituição de uma parcela pequena do diesel, teria que ser enorme.

Assim, apenas como exercício, calcula-se que, para se produzir 10% da quantidade consumida de óleo diesel, no Brasil, em 1981 — 1,8 milhão de m^3 — haveria necessidade de uma área adicional ocupada com soja da ordem de 6 milhões de ha. A magnitude desse número é, indubitavelmente, restritiva de qualquer plano de substituição baseado em soja.

Além desse fator limitante — a ocupação de vastas áreas agricultáveis — existiriam outros, tais como a necessidade de colocação do farelo adicionalmente produzido (cerca de 8 milhões de t), no mercado interno e/ou internacional e o reflexo disso nas cotações ou ainda, por exemplo, o custo social embutido no crédito de custeio subsidiado, concedido a essas novas lavouras.

No caso do dendê, a abordagem do problema é diametralmente oposta. Em função de sua elevada produtividade em óleo (4.000 kg/ha contra aproximadamente 300 kg/ha da soja), o dendezeiro não demandaria uma área de cultivo tão grande para atender ao programa. Além disso, o seu plantio se daria em áreas hoje não ocupadas por outras lavouras e, por suas características de produzir durante o ano inteiro, manteria ocupada a mão-de-obra local.

Existem, no entanto, limitações de toda a ordem. O pouco conhecimento do cultivo em larga escala de dendê no país, a não-disponibilidade de sementes selecionadas que, entre outros fatores, afeta substancialmente o rendimento de óleo por ha, (em relação às 4 t citadas anteriormente). Acrescente-se, ainda, que em face da localização (potencial) da cultura, os custos de implantação das lavouras e de aproveitamento industrial da produção seriam elevadíssimos. Por fim, o prazo para o início do retorno dos investimentos é de oito anos, período em que as palmeiras começam a produzir plenamente.

Por todos os motivos apontados, fica claro que a decisão quanto ao emprego do dendê, em substituição do óleo diesel, implica planejamento de longo prazo, nunca inferior a dez anos. Assim, em face do pouco conhecimento atual, o risco de uma decisão de incentivo à cultura do dendê (para substituição ainda que parcial do óleo diesel) é muito elevado, na medida em que recursos para investimento são escassos no país.

Existe ainda um outro fator que estaria inviabilizando (e pode continuar a fazê-lo por um largo período) a hipótese de substituição de diesel por qualquer óleo vegetal: seus preços relativos. O Quadro 9 ilustra essa questão. Assim, para que se justificasse a mistura, teria de haver ou a impossibilidade de compra externa de petróleo, por interrupção do suprimento ou pela escassez das divisas para adquirí-lo, ou ainda uma alteração nos preços relativos pelo encarecimento (não improvável) dos preços do petróleo a médio e longo prazos.

Como, ao contrário disso, os preços do petróleo vêm-se estabilizando no mercado internacional e as hipóteses de interrupção de suprimento ou de uma impossibilidade de se comprar petróleo parecem, hoje, remotas, o empenho institucional num programa de incentivo à produção de óleos vegetais não poderia deixar de ser reduzido. Cabe lembrar, entretanto, que é tarefa governamental equacionar problemas e planejar soluções a curto, médio e longo prazos. Dentro de um horizonte mais amplo, a utilização de óleos vegetais como combustível talvez venha a se tornar viável, não só técnica quanto economicamente.

Os indicadores disponíveis hoje sugerem que a saída para o problema do óleo diesel provavelmente seria uma combinação de diversas soluções: redução do consumo, através da racionalização de seu uso na frota existente, racionalização da própria frota e diversificação dos meios de transporte e das fontes energéticas por eles utilizadas.

Paralelamente, o prosseguimento dos estudos e experimentos na área de combustíveis vegetais alternativos torna-se um imperativo para o país, de modo que a médio prazo o problema seja devidamente equacionado.

Trabalho elaborado pelas economistas Leila Tendrih de Freitas Almeida e Iracema Bouzas Pessôa.

COMENTÁRIOS

ÁLCOOL

Persiste a ameaça do excesso de oferta

O conjunto de medidas aprovadas pela Comissão Nacional de Energia (CNE), no final de março, objetivou recuperar a confiança de produtores e consumidores no Programa Nacional do Álcool, pois, já há algum tempo, alguns indicadores demonstravam sua notória desaceleração. De fato, o reconhecimento da impossibilidade do cumprimento da meta de 10,7 bilhões de litros para a safra de 1985/86 e a reduzida dotação de Cr$ 153 bilhões para novos investimentos no programa, no exercício de 1982, pareciam confirmar as dificuldades por que passava o Proálcool. Contudo, o fator que causava as maiores apreensões era, sem qualquer dúvida, o forte declínio no crescimento da demanda pelo produto, que se refletia na redução dos níveis médios de consumo e no decréscimo na venda de automóveis a álcool.

O consumo mensal de álcool hidratado por veículo, conforme informações do Conselho Nacional de Petróleo, registrou, em fevereiro deste ano, uma média de 280 litros, enquanto que, em 1981, apresentava uma média de 293 litros, contra 425 litros em 1980. Pode-se observar que, se a média registrada em 1980 pode ser atribuída ao elevado número de conversões de automóveis por meios irregulares e inadequados e, portanto, menos eficientes, o menor consumo do combustível, a partir da segunda metade do ano passado, poderia ser explicado pela elevação de seu preço. Neste sentido, verifica-se que o litro de álcool hidratado vendido ao consumidor sofreu uma majoração de 89,1%, enquanto a gasolina teve, no mesmo período, um reajuste de 66,7%.

No que se refere à produção e venda de automóveis a álcool, o desempenho observado a partir do segundo semestre de 1981 mostrou-se ainda mais comprometedor. As vendas de automóveis a álcool permaneceram em níveis bastante reduzidos desde o início do segundo semestre do ano passado, perfazendo, durante os três primeiros meses de 1982, um total de apenas 13.324 unidades, ou seja, 15% da quantidade vendida em igual período do ano anterior. Como conseqüência das dificuldades nas vendas destes veículos, a produção de automóveis a álcool sofreu forte retração, no período em questão, mesmo quando se considera que a produção de autoveículos, de uma maneira geral, decresceu substancialmente (ver Gráfico 1).

Desta forma, as medidas da CNE adquirem mais importância, diante da necessidade de revigoramento da demanda de etanol. Entre elas, cabe destacar a redução de preços dos automóveis movidos a álcool pelas próprias fábricas (2%) e a diminuição da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados em 4%. Igualmente importante foi a medida que garante, para os próximos dois anos, um preço do álcool para o consumidor nunca superior a 59% do preço da gasolina, alterando, assim, a norma anterior que fixava um teto de 65% nesta relação.

Outras medidas, como a ampliação do prazo de garantia e a regulagem gratuita durante 180 dias após a aquisição do veículo, complementam um elenco de decisões do governo, que buscam recuperar a atratividade do álcool para o consumidor, através de vantagens econômicas que o produto teria, se comparado à gasolina.

Retomando-se a análise dos dados referentes à venda de automóveis a álcool, nos meses mais recentes, conclui-se que o conjunto de medidas obteve resultados imediatos. Em abril, com a venda de 8.613 unidades, registrou-se um crescimento de 51% sobre a quantidade comercializada no mês anterior. Em maio, o incremento foi de 20%, com 10.344 unidades vendidas. Todavia, o crescimento mais significativo deu-se em junho, com vendas acima de 14 mil unidades. Assim, apesar de a previsão inicial do governo, de produção de 150 mil novos veículos a álcool neste ano, parecer de difícul concretização, é certo que este mercado deverá passar por uma fase de reanimação com os incentivos recebidos.

No que se refere à produção de álcool no país, o Plano de Safra para 1982/83, divulgado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool, prevê um volume de 5,2 bilhões de litros. Na safra passada, para uma produção global pouco acima de 4 bilhões de litros, o álcool hidratado teve uma participa-

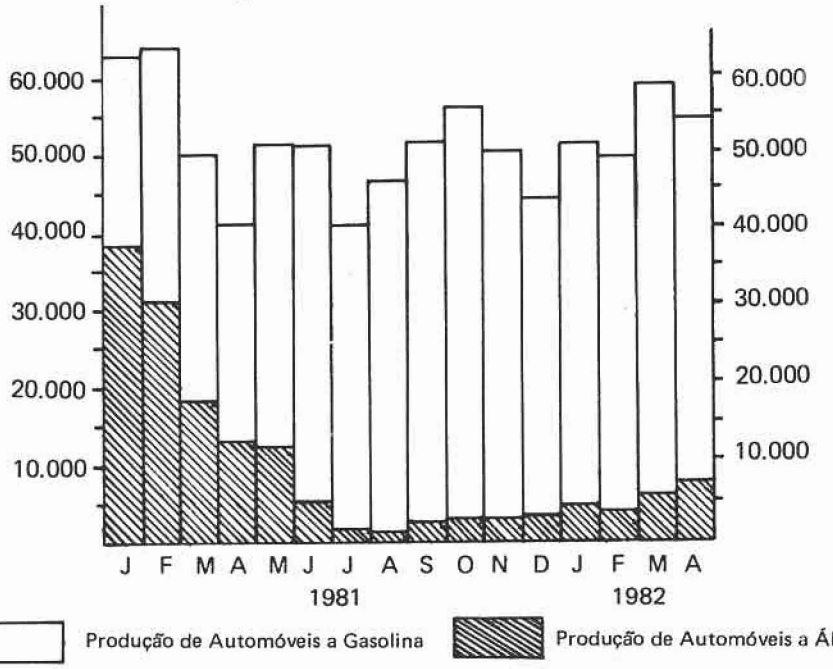
ção de aproximadamente 65%. Para a atual safra, está inicialmente prevista uma produção de 3,2 bilhões de litros de álcool anidro, ou seja, 62% do volume total de álcool que se pretende produzir.

A decisão de privilegiar a produção de anidro parece pertinente, tendo em vista os problemas ocorridos na safra anterior. Naquela oportunidade, acreditava-se em um possível incremento de 360 mil novos veículos a álcool no mercado, durante o ano em curso, o que demandaria um total de 2,1 bilhões de litros de álcool hidratado. Contudo, esta previsão não se confirmou, em função não somente do aprofundamento do processo recessivo na economia brasileira (provocando uma queda em torno de 40% nas vendas de veículos em 1981) como, também e, em particular, pelas dificuldades encontradas pelo automóvel a álcool. Este, mesmo sendo um produto de recente inserção no mercado, já foi afetado por uma séria crise de confiabilidade por parte dos consumidores. Como resultado, formou-se um elevado estoque de álcool que, em dezembro passado, chegou a 1,9 bilhão de litros, dos quais 70% eram do tipo hidratado. Este fato causou grandes apreensões, na medida em que se aproximava o limite da capacidade de tancagem do carburante.

Por outro lado, a opção de produção de 2,9 bilhões de litros de álcool hidratado naquela safra exigiu a redução do percentual de mistura de álcool anidro à gasolina, fixando-se um índice de 12%. Ao final da referida safra, a oferta de anidro mostrou-se insuficiente, chegando mesmo a faltar na região Centro-Sul, o que obrigou a que em suas capitais se consumisse gasolina pura. Diante desta situação, chegou-se a aventar a possibilidade de importação de chumbo tetraetila para a manutenção estável da octanagem da gasolina de veículos não contemplados com o percentual adequado de mistura.

GRÁFICO 1

BRASIL: Produção de Automóveis — 1981 e 1982 (Em Unidades)



FONTE: ANFAVEA.

A ameaça de um excesso de oferta persiste para as safras futuras, diante da entrada em funcionamento dos projetos de destilarias em fase de implantação e da ampliação da capacidade produtiva de destilarias já instaladas, conforme o cronograma previsto. Tal fato exige o desenvolvimento de novos mercados de consumo para o volume de álcool a ser produzido nos próximos anos.

O Quadro 1 apresenta os números referentes à produção e ao consu-

QUADRO 1

BRASIL: Estimativas e Projeções da Produção e do Consumo de Álcool — 1979/80 a 1985/86
(1.000 m^3)

Safra	PRODUÇÃO	CONSUMO				
		Anidro	Hidratado	Indústria	Exportação	Evaporação
1979/80	3.400	2.390	72	477	133	324
1980/81	3.700	1.923	898	431	193	261
1981/82	4.200	1.340	2.364	350	109	38
1982/83	5.200	2.200	2.320	400	200	80
1982/84	6.200	2.400	3.005	500	200	95
1984/85	7.000	2.600	3.495	600	200	105
1985/86	7.900	2.850	4.030	700	200	120

FONTE: IAA, até 1981/82, de 1982/83 em diante, GIA.

mo de álcool nas três últimas safras e projeta um provável desempenho para as quatro safras seguintes. Os dados referentes à produção de álcool, até a safra 1985/86, são baseados na capacidade projetada — e em fase de instalação — dos projetos já aprovados pelo Proálcool.

Em relação ao consumo, cabem algumas considerações sobre cada um dos itens que participam de sua composição. No que diz respeito ao consumo de álcool anidro, trabalhou-se com a hipótese otimista de um crescimento de 10% ao ano no consumo da gasolina e a obtenção de um coeficiente médio de mistura de 15%. Observe-se que, nos últimos cinco anos, o consumo de gasolina manteve-se estável, enquanto que o percentual médio de mistura com o álcool anidro decaiu de 16,5% em 1980 para 8,3% em 1981. Embora esteja prevista para este ano uma mistura na base de 20%, esta prática não deverá ser efetuada em todos os estados, em virtude da reduzida participação de alguns deles na produção de álcool. Desta maneira, o nível médio de mistura no país deverá ficar abaixo de 20%.

Para a indústria alcoolquímica, levou-se em consideração o conjunto de projetos aprovados e em instalação no setor, que deverão propiciar um consumo de 700 milhões de litros em 1985, prevendo-se, então, um incremento anual de 100 milhões de litros na demanda deste setor. Paralelamente, arbitrou-se um volume médio anual de exportação de álcool de 200 milhões de litros. Cabe registrar que o mercado externo para o álcool limita-se a 300 milhões de litros e que os baixos preços, pelos quais o produto vem sendo cotado, têm desfavorecido a ampliação das exportações do país. Esta situação ainda se tornou mais grave com a taxação imposta pelos Estados Unidos, de US¢ 20 por galão de álcool importado por aquele país.

Trabalhou-se, ainda, com um índice de evaporação de 1,5% sobre o

total produzido de álcool. O volume anual de álcool hidratado, projetado para os próximos quatro anos, corresponde, portanto, ao restante da produção a ser consumida, para que não se disponha de um estoque crescente ao final de cada safra.

No Quadro 2, projeta-se a exigência quanto à expansão da frota de veículos movidos exclusivamente a álcool, com base nos resultados obtidos no Quadro 1, referentes ao consumo de álcool hidratado. Para efeito de cálculo, considera-se um consumo médio unitário de 3.600 litros por ano. O resultado obtido deixa claro o esforço que será necessário realizar para que as vendas e as conversões de veículos a álcool atinjam aqueles níveis.

Caso mantenha-se a atratividade do álcool, garantindo-se uma nítida vantagem econômica para o usuário do automóvel movido por este tipo de combustível, é possível que se atinja a meta de uma frota de 1,1 milhão de veículos em 1985. Para isto, torna-se imprescindível assegurar um diferencial de preços entre o álcool e a gasolina, que compense o menor rendimento dos veículos a álcool. Entretanto, devem ser buscadas outras alternativas para o mercado consumidor de álcool, através de uma utilização mais nobre do produto e vinculada a interesses sociais mais amplos. Resta, portanto, ampliar os estímulos para o aproveitamento do álcool como matéria-prima na indústria química e farmacêutica.

Além disso, cabe buscar empregá-lo como substituto do óleo diesel no transporte urbano e de carga, viabilizando-se a fabricação de ônibus e caminhões de médio porte e aprofundando-se as pesquisas voltadas para permitir a utilização do álcool como combustível para tratores agrícolas. Caso estes objetivos não sejam alcançados, o país poderá defrontar-se com uma crescente oferta de álcool, sem uma correspondente capacidade de absorção. Além do que, o Proálcool teria restringido os benefícios de seus resultados a uma faixa estreita da população do país.

QUADRO 2

BRASIL: Estimativas e Projeções da Evolução da Frota de Veículos Movidos a Álcool — 1979 a 1985

Ano	Veículos Novos e Convertidos a Álcool	Frota de Veículos a Álcool
1979	9.645	9.645
1980	287.581	297.226
1981	147.625	444.851
1982	199.593	644.444
1983	190.278	834.722
1984	136.111	970.833
1985	148.611	1.119.444

FONTE: Até 1981: Anfavea e STI/MIC. A partir de 1982: GIA.

PECUÁRIA DE LEITE

O desenvolvimento da produção depende de subsídio

A ruptura registrada na continuidade da política de incentivo ao setor leiteiro colhe, já no primeiro semestre de 1982, seus primeiros frutos negativos. E o faz de forma rápida, porque imediata é a reação dos produtores à baixa remuneração de seu produto — o leite.

O ano de 1981 se iniciou de forma auspiciosa para a pecuária leiteira, inaugurando uma nova fase na política setorial, destinada a elevar a remuneração do produtor. Esta reviravolta fundamentou-se sobretudo na necessidade de corrigir as distorções havidas no abastecimento interno na segunda metade da década de 70, quando, premido pela escassez interna, o governo federal foi obrigado a despen-



der substancial volume de divisas com a importação de leite em pó*. Afora o dispêndio (perfeitamente evitável) de divisas preciosas, esta fase ficou marcada pelo desserviço prestado à população em geral e ao setor produtivo, particularmente. No primeiro caso, devido à má qualidade do leite posto à disposição do consumidor, em boa parte reidratado e com baixo teor de gordura. No segundo, pelo desperdício de mais um quinqüênio no processo, imprescindível para a nação, de estruturação de uma economia leiteira auto-sustentável.

Poder-se-ia explicar a descontinuidade da política setorial pelos constantes surtos de pressão inflacionária que se abatem sobre a economia do país, obrigando a sucessivas viradas nas diretrizes governamentais. Na realidade, tratando-se de um alimento de vital importância para a população infantil, o leite deveria ter um tratamento racional e linear, de longo prazo, de modo que pelo menos a questão da oferta interna ficasse resolvida de forma permanente. Neste sentido, o subsídio (com todas as suas conseqüências inflacionárias) à estocagem do leite em pó e derivados e sua distribuição à população infantil de baixa renda, deveria ser assumido pelo governo e pela sociedade. Isto porque esses subsídios seriam plenamente recuperados com a redução do desperdício de recursos alocados (também subsidiados) na assistência médica e na educação escolar, gastos ao longo da vida de cidadãos deficientes, devido à subnutrição na primeira infância. Além desses dividendos sociais de inestimável valia, uma oferta interna folgada evitaria a queima de divisas com a importação de leite em pó, medida que se tornou freqüente nos últimos anos e volta agora a ser cogitada.

Na realidade, em face da redução da produção, ocorrida no primeiro quadrimestre, e do baixo nível dos estoques internos, parece inevitável o recurso ao mercado externo para suprir o déficit no abastecimento que se afigura indefectível na entressafra. Os Quadros 1, 2 e 3 mostram que houve queda substancial na oferta de leite fluido nos estados de Minas Gerais (-8,96%, no primeiro quadrimestre), Paraná (-12,87% nos primeiros cinco meses) e na Grande São Paulo (-3,55%, nos primeiros cinco meses). A produção gaúcha constitui exceção, uma vez que aumentou 11,4% no primeiro quadrimestre de 1982. Essa menor produção pode ser imputada não só à baixa remuneração ao produtor, mas também à intensificação do abate de matrizes, a partir do segundo semestre de 1981.

No primeiro caso, o desestímulo aos produtores teve início no segundo semestre de 1981, quando a Portaria nº 46 da SUNAB, de 17/09/81, transferiu os custos do segundo percurso para o pecuarista. Prosseguiu no primeiro semestre de 1981, quando os novos preços em nível de produtor (Cr$ 37,00/l do leite-consumo e Cr$ 34,00/l do leite-indústria), autorizados para vigorar a partir de 1º de abril, representaram aumentos de 27,6% e 25,9%, respectivamente, em relação aos preços de junho de 1981.*A partir de 26 de junho, já em plena entressafra, foram autorizados novos aumentos (Cr$ 44,00/l do leite-consumo e Cr$ 41,00/l do leite-indústria). Esses novos patamares de preço do leite corresponderam aos níveis reivindicados pelo setor produtor para vigorar a partir de março, significando que chegaram com um atraso de três meses, o que contribuiu para "esfriar" mais ainda o ânimo dos pecuaristas para enfrentar a entressafra sem uma queda maior da produção.

No segundo caso, a intensificação do abate de matrizes reflete a conjuntura desfavorável que afeta, atualmente, as duas pecuárias, de corte e de leite. Em termos de mercado, no entanto, a repercussão imediata do maior sacrifício de matrizes é bem diferente. No que se refere à pecuária de corte, num primeiro movimento, há um aumento da oferta de carne, ficando a escassez para um período posterior, equivalente à formação de um boi gordo. No caso do leite, a escassez é imediata e de longo prazo. Em relação ao Brasil, essa assertiva é mais preocupante, porque boa parte do leite produzido provém de rebanho misto. A propósito, os dados de abate em Minas Gerais, no período abril/maio de 1982, não mostram indícios de arrefecimento da matança indiscriminada de matrizes**, apesar

* No período de 1976 a 1980, as importações de leite em pó somaram US$ 138 milhões.

* A inflação no período junho/81 a março/82 atingiu 63,7%.

** Cerca de 39%, segundo dados preliminares da CEPA/MG.

QUADRO 1

MINAS GERAIS E RIO GRANDE DO SUL – Produção Mensal de Leite – Primeiro Quadrimestre de 1980, 1981 e 1982 (1.000 l)

ANO / MÊS	MINAS GERAIS			RIO GRANDE DO SUL		
	1980	1981	1982	1980	1981	1982
Janeiro	193.538	220.809	221.081	92.296	106.913	108.902
Fevereiro	175.762	216.483	182.255	78.992	82.989	90.330
Março	183.718	217.866	190.853	77.923	82.111	95.325
Abril	174.924	195.711	180.445	63.758	63.420	79.235
Total	727.942	850.869	774.634	312.969	335.433	373.792

FONTE: CEPA/MG e CEPA/RS.

QUADRO 2

PARANÁ – Recebimento Mensal de Leite Pelos Laticínios – Janeiro-Maio de 1980, 1981 e 1982 (1.000 l)

ANO / MÊS	1980	1981	1982
Janeiro	36.374	39.678	35.129
Fevereiro	33.486	34.652	28.905
Março	33.807	35.753	30.943
Abril	30.215	29.294	27.065
Maio	27.695	29.340	24.951
Total	161.577	168.717	146.993

FONTE: DERAL.

das medidas financeiras tomadas pelo governo para a sua retenção.

É no Rio Grande do Sul, estado que, nos últimos anos, tem procurado investir mais na estruturação de sua economia leiteira (daí a maior produção no primeiro quadrimestre de 1982) que se localizam as mais fortes reações à política federal para o setor. Muito embora tenha recebido um tratamento excepcional no que se refere ao último aumento concedido pela SEAP/SUNAB (no Rio Grande do Sul, a nova tabela passou a vigorar em 1º e, não, em 26 de junho, como nos demais estados), subsistem ameaças de boicote de entrega de leite às indústrias, caso as reivindicações dos pecuaristas não sejam atendidas. Es-



QUADRO 3

GRANDE SÃO PAULO — Distribuição Mensal de Leite (Tipos B e Especial) — Janeiro-Maio de 1980, 1981 e 1982 (1.000 l)

TIPO	1980		1981		1982	
MÊS	B	B + C	B	B + C	B	B + C
Janeiro	18.761	55.633	19.426	52.132	17.571	51.696
Fevereiro	17.651	42.284	17.300	49.457	15.281	47.337
Março	20.698	48.623	18.914	54.395	17.085	54.186
Abril	18.295	44.012	18.905	52.011	16.796	51.165
Maio	16.918	49.179	18.101	54.617	16.597	48.883
Total	92.323	239.731	92.646	262.612	83.330	253.267

FONTE: SUNAB.

sas reivindicações referem-se a: 1) retorno do frete do segundo percurso às indústrias; 2) unificação dos preços do leite-consumo e do leite-indústria; 3) ampliação do período de estabelecimento da quota no estado, de abril-julho para abril-setembro; 4) manutenção dos preços pagos ao produtor sempre em nível remunerador (na atualidade, de acordo com os pecuaristas, esse nível seria de Cr$ 48,00/l). Em síntese, a continuidade do processo iniciado de racionalização da estrutura leiteira gaúcha depende do atendimento desses pleitos.

Resta ainda analisar o significado das recentes medidas punitivas impostas pelo Ministério da Agricultura à CCPL, principal abastecedora de leite fluido no Grande Rio, pelo empacotamento fraudulento do leite Especial como tipo B. Se bem que corretas e necessárias, as medidas tomadas podem ser também consideradas benignas e pouco freqüentes, principalmente se se levar em conta que, no setor alimentar, a freqüência e a gravidade do dolo contra a economia popular são elevadas no país. Cabe lembrar, porém, que essas decisões de âmbito oficial que abalam episodicamente os setores leiteiro e laticinista, apesar da intensa repercussão social, pouco contribuem para o desenvolvimento auto-sustentado desses setores. Essa, a questão básica que, pelo visto, permanecerá insolúvel por muito tempo se a volubilidade da política setorial não for estancada. A base para esse estancamento estaria na superação do dilema: subsidiar ou não o consumo de leite pela população de baixa renda. O Finsocial pode ser a seta a indicar o caminho dessa encruzilhada.

SUCO CÍTRICO

A situação do mercado e as dificuldades do acordo, no Brasil

A última estimativa do USDA quanto às exportações brasileiras de suco de laranja concentrado, no ano comercial 1982/83, apresenta uma cifra bem superior à meta de exportação estabelecida em comum acordo pelas indústrias e pelo governo bra-

sileiro, de venda externa de apenas 440 mil t. Aquele departamento projetou uma exportação, na temporada que se inicia, da ordem de 520 mil t, mesmo considerando os significativos estoques existentes nos mercados norte-americano e europeu (ver Quadro 1).

Segundo a mesma fonte, as exportações brasileiras, em 1981/82, teriam ficado em 550 mil t de suco, graças à geada de janeiro último na Flórida, que possibilitou a venda para o mercado internacional de quase todo o excedente daquele ano. Com efeito, cerca de 160 mil t do concentrado foram vendidas no período que se seguiu à geada.

Quanto ao estoque brasileiro projetado para fins de 1982/83, deverá ser de cerca de 94 mil t, contra 42 mil t estimadas para 1981/82 (ver Quadro 1) de acordo com o USDA. Deve-se ressaltar, porém, que segundo informações das próprias indústrias, o ano comercial 1981/82, que se encerrou no mês passado, teria terminado praticamente sem estoques.

Os dados revelados pelo USDA — cujo interesse em superestimar as exportações brasileiras não existe, muito pelo contrário — demonstram quão pessimistas foram os industriais brasileiros ao projetarem uma exportação de 440 mil t e um estoque remanescente de aproximadamente 140 mil t em 1982/83. Estas projeções, caso confirmadas, resultariam — mesmo considerando-se as atuais condições do mercado externo e as perspectivas nada favoráveis de recuperação da safra norte-americana no próximo ano — numa situação quase caótica para o setor, tendo em vista que a produção brasileira de laranja e suco tende a ser crescente e o acúmulo de estoque seria uma conseqüência inevitável.

Evidentemente, a existência de estoques elevados no Brasil, sem possibilidades imediatas de colocação no mercado externo, terminaria por pres-

QUADRO 1

SÃO PAULO — LARANJA E SUCO CÍTRICO: Produção, Exportações e Estoques Finais de Suco Concentrado de Laranja — 1980/81 a 1982/83

	ANO COMERCIAL		
	1980/81	1981/82[1]	1982/83[2]
Produção de laranja em São Paulo (1.000 caixas)	(*)	180.000	205.000
Produção Nacional de Suco (t)	479.000	570.000	588.000
Exportações (t)	487.000	550.000	520.000
Estoque Final (t)	38.000	42.000	94.000
Quantidade de laranja processada (1.000 caixas)	(*)	152.000	168.000

FONTE DOS DADOS BRUTOS: USDA.
[1] Dados preliminares
[2] Projeção
(*) Dados não divulgados pelo USDA.

sionar as cotações internacionais, o que resultaria em perdas elevadas para produtores e industriais e, em última análise, para o país.

Esta, porém, não parece ser a real situação, pois, muito dificilmente, o Brasil colocará no mercado externo apenas 440 mil t na temporada que se inicia. É bem verdade que os estoques de suco no exterior encontram-se elevados. No entanto, é também verdadeiro que a produção norte-americana não conseguirá recuperar-se na próxima safra, o que deverá permitir ao Brasil escoar para aquele mercado uma quantidade elevada do produto, nesta e na próxima temporada. Vale lembrar, ainda, que ao contrário do que se esperava, o consumo interno nos EUA não apresentou redução, o que, por conseguinte, deverá propiciar a estabilidade das vendas do Brasil.

Assim, parece que o setor industrial, quando da negociação do acordo sobre o preço de referência para a comercialização da safra de laranja 1981/82, descartou as hipóteses mais otimistas sobre o desempenho do país no mercado internacional do produto, que poderiam ter tornado menos radical a posição de ambas as partes. A falta de diálogo entre produtores e industriais parece ter afastado qualquer possibilidade de um acordo no qual as partes ficassem "satisfeitas", evitando dessa forma a perda de cerca de 4 milhões de caixas, que se estragaram sem nem mesmo serem colhidas. Aliás, a negociação do acordo firmado em fins de junho demonstrou, mais uma vez, que mesmo setores que estão intimamente ligados e são extremamente dependentes um do outro, não conseguem, em algumas ocasiões, encontrar meios para conciliar posições divergentes e chegar rapidamente a uma solução.

O atual acordo foi, assim, fruto da intervenção de vários órgãos governamentais durante inúmeras reuniões de que participaram os citricultores e a indústria. Além disso, o governo federal teve de fazer uma série de concessões ao setor, tentando, dessa forma, viabilizar uma solução. As bases da negociação não apresentaram nenhuma modificação em relação a acordos anteriores, à exceção de que foi novamente concedida à produção — a exemplo do que aconteceu em 1980 — uma participação nos ganhos futuros, caso as exportações excedam as 440 mil t estimadas pela indústria.

O preço estabelecido, de Cr$... 400,00/caixa — Cr$ 50,00 de entrada, Cr$ 250,00 em notas promissórias rurais para 90 dias e os Cr$ 100,00 restantes pagos ao final de março do próximo ano — está bem aquém das pretensões dos citricultores, que esperavam conseguir pelo menos Cr$ 500,00. Contudo, é bastante superior ao preço que a indústria parecia estar disposta a pagar, entre Cr$ 250/300,00. Vale lembrar que o preço estabelecido para a laranja de casca mole foi igual ao das variedades de casca dura, entretanto, a indústria só tem adquirido a fruta a Cr$ 200,00, com Cr$ 100,00 de entrada e os Cr$ 100,00 restantes em NPR para 90 dias. Isto significa que o produtor irá, nesta safra, vender cerca de 9 milhões de caixas de laranja a um preço inferior ao conseguido na safra passada, quando a indústria pagou Cr$ 210,00/caixa, sem fazer nenhuma distinção entre as de casca mole (tangerinas e "ponkans") e as laranjas propriamente ditas.

A exemplo do que ocorreu em 1980, para cada 10 mil t de suco exportadas além das 440 mil t, o produtor receberá por caixa Cr$ 5,00 a mais, dez dias após a divulgação dos resultados da avaliação dos estoques que a Cacex, juntamente com os citricultores e a indústria, fará em 30/06/1983.

As medidas tomadas pelo governo para facilitar a consecução do acordo, foram: a) prorrogar por 60 dias o pagamento dos créditos de custeio vencidos, ou vencíveis, em junho ou julho e por 30 dias os créditos vencíveis em agosto; b) reduzir de 10% para 1% o Imposto de Exportação (a alíquota de 1% cobrada durante a temporada 1982/83 irá formar um fundo que será destinado a uma campanha publicitária, visando elevar o consumo interno do suco concentrado de laranja); c) elevar de 7% para 12% os recursos via Resolução 674 — que estabelece juros subsidiados de 45% a.a. para o setor exportador — para as grandes empresas e de 7% para 20% para médias e pequenas.

Além disso, de acordo com a meta de exportação estabelecida, o governo determinou a participação de cada indústria nas vendas externas da temporada atual, segundo a capacidade de moagem e as exportações no período mais recente. Buscou, assim, dar oportunidade de exportação a to-

das as empresas (ver Quadro 2).

Embora as medidas tomadas beneficiem em maior grau a indústria, foram decididas de forma a viabilizar o mais rapidamente possível o acordo que parecia, até então, difícil de ser alcançado. A pressão dos citricultores sobre o governo foi evidente, mais ainda num ano eminentemente político. No entanto, não se pode esperar que o governo obrigue a indústria a absorver a quase totalidade da produção de laranja do estado de São Paulo, ou seja, cerca de 70% da produção brasileira. A posição governamental teria que ser conciliatória, pois qualquer outra acabaria trazendo prejuízos irreparáveis para o setor e, mesmo, para a economia do país.

Apesar do acordo em torno do preço, indústria e produtores ainda mantém suas posições discordantes, o que, entretanto, não deverá resultar em nenhuma açãc efetiva. Com efeito, os agricultores já tiveram prejuízos significativos e a indústria, a esta altura, necessita iniciar a moagem, pois os estoques já devem ter acabado e há necessidade de cumprir os compromissos de exportação.

Como já foi dito anteriormente, já que as exportações deverão exceder as 440 mil t, até 31/05/1983, os produtores, muito provavelmente, ainda poderão receber um pequeno ganho adicional em meados do ano que vem. No entanto, como os valores não sofrerão qualquer tipo de reajuste ou correção, seu valor real estará sujeito à erosão pelo processo inflacionário.

Resta, agora, a esperança de que a tumultuada negociação desta safra e os prejuízos que trouxe para o setor, evitem que, no próximo ano, o mesmo se repita. Além do que, há a hipótese, pouco provável mas possível, de que a safra americana apresente alguma recuperação. Deste modo, o ano de 1983 poderia vir a ser menos favorável do que o atual. Nos primeiros quatro meses deste ano, o nível de exportações já havia superado em 10% o do mesmo período de 1981 e as cotações externas vêm-se mantendo há vários meses num nível considerado bom, refletindo o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado internacional.

QUADRO 2

BRASIL — Estimativa das Exportações de Suco Concentrado de Laranja, Segundo a Participação de Cada Empresa — Temporada 1982/83

Empresas	Participação nas Exportações (%)	Quota de Exportação Estimada Segundo a Meta Estabelecida de 440 mil t (t)
Sucocítrico Cutrale S/A	34,65	152.460
Citrosuco Paulista S/A	30,69	135.036
Cargill Industrial Ltda.	13,86	60.984
Frutesp S/A — Agroindustrial	10,79	47.476
Citrovale S/A	3,46	15.224
Frutropic S/A	2,28	10.032
Branco Peres Citrus S/A	1,19	5.236
Citro-Mogiana S/A	1,19	5.236
Ind. e Com. de Frutas Matão Ltda.	0,89	3.916
Outras	1,00	4.400
TOTAL	100,00	440.000

FONTE: Unicom News.
Obs.: As exportações de suco para novos mercados não estão sujeitas a quotas.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês anterior
2 – Posição da última quinzena do mês anterior
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	16,36	6,85	6,79	7,17	7,06		7,37	7,48			8,23		8,71		8,95			Brasil e Filipinas realizam vendas, em condições de preço favoráveis, fortalecendo tendência altista.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	79,22	61,35	62,15	65,23	65,02	65,86		68,20		72,74			71,50		72,79			– Última estimativa da safra norte-americana 1982/83 prevê uma redução de 5,0 milhões de fardos em relação aos 15,6 milhões, produzidos na atual safra. – Aumento substancial das exportações norte-americanas após as notícias de quebra de safra.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	1450,00	1408,86	1396,58	1451,67	1408,86		1453,59			1519,41			1584,23		1630,45			Maior oferta de fibra, em resposta ao aumento de preços nas últimas semanas, deverá manter tendência baixista.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	102,13	138,04	138,72	140,32	138,04		129,08			123,52			120,02		116,75			– Recuzido interesse dos importadores. – Fracasso da reunião da OIC. – Temperatura elevada no Brasil.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	340,48	272,48	271,95	267,25	272,75		271,48			275,13			289,38		299,00		➡	Safra norte-americana 1982/83, inferior em 6,3% à anterior, não será suficiente para influenciar o nível dos estoques finais, que permanecerá 3,5% mais elevado.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	709,46	626,64	627,93	616,63	628,68	632,88	634,67		640,61		655,85		672,48		685,80		➡	Valorização do dólar e previsão do USDA de aumento da área plantada nos EUA deverão manter as cotações estáveis nos níveis (baixos) atuais.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	201,04	183,52	184,27	180,25	182,55	183,16	184,45	185,25		189,57	191,85		196,32		201,47		➡	– Nível elevado dos estoques brasileiros. – "Oil World" prevê a recuperação da demanda no segundo semestre.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	360,73	334,05	333,08	332,50	343,24		358,32			379,76			394,19		398,18		➡	– Perspectivas de quebra na safra indiana. – Bom desenvolvimento da safra norte-americana.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Posições da última semana do mês anterior
2 – Posição da última quinzena do mês anterior
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes (Corrigida pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV)
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	3361,19	3351,42	3368,00	3420,00	➧	Liberação da primeira quota de exportação do pluma, dentro do novo esquema do governo, deverá influenciar positivamente as cotações. Indústria mantém compras em níveis reduzidos.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	3901,06	4709,52	4793,33	4900,00	➧	Indefinição quanto à liberação dos estoques oficiais.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc. 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	13599,99	17172,48	17128,20	17100,00	➧	Temperatura elevada nas regiões produtoras e pequeno interesse dos importadores, poderão causar queda moderada do preço de garantia e de elevação do valor unitário do financiamento.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	3304,70	3090,91	3220,00	3500,00	➧	– Menor oferta de bois terminados. – Expansão da exportação. – Atraso na distribuição da carne congelada.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.
NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza sujetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

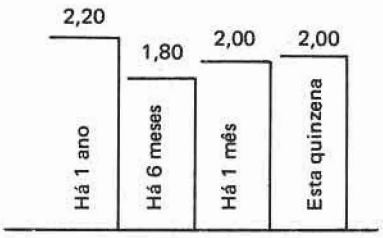
PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	9881,13	4738,10	4700,00	4700,00	➡	Tendência à acomodação das cotações em torno do preço mínim oficial. Grande oferta faz do governo principal comprador da safra. Cotação tende a acomodar-se em torno do nível do preço mínimo.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	117,81	95,16	98,73	108,67	➡	Acompanhando a alta do preço do boi gordo, a cotação do frango deverá permanecer também ascendente.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	1373,27	1109,52	1123,33	1135,00	➡	– Início da entressafra. – Compras industriais permanecem cautelosas.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2240,21	2562,52	2536,37	2426,33	➡	Níveis dos estoques industriais sensivelmente inferiores aos do ano passado.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

Agroanalysis, 6(7): 24-29, julho/1982

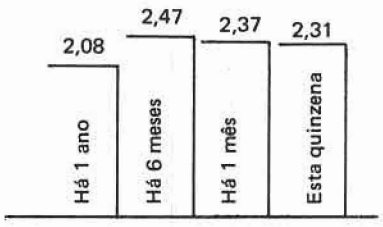
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão / Soja



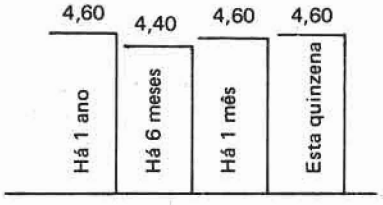
Apesar da significativa quebra na safra 1982/83 norte-americana de algodão, a cotação da malvácea apresentou, na última quinzena, ligeira queda. Como a cotação da oleaginosa, concomitantemente, sofreu decréscimo de 4,4%, em virtude não só do aumento do plantio nos EUA como, também, da valorização do dólar frente às moedas européias, o preço relativo algodão/soja, na quinzena, elevou-se em comparação com a posição de um mês antes.

Soja / Milho



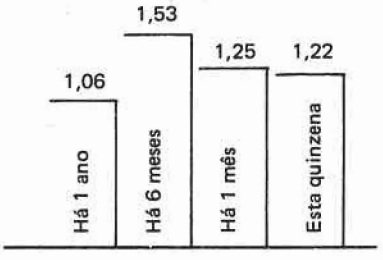
O preço relativo soja/milho da última quinzena apresentou decréscimo, em cotejo com a posição de 30 dias antes, devido aos fatores de queda na cotação da oleaginosa mencionados anteriormente. Também o mercado do cereal manteve-se fraco no período, por não haver perspectiva de aumento das exportações norte-americanas do grão na atual temporada. Ao mesmo tempo, as estimativas do USDA apontam redução de apenas 6,3% na safra 1982/83 de milho, em comparação com a safra anterior (o que acarretou queda de 1,7% na sua cotação na quinzena, em comparação com a posição anterior).

Algodão / Milho



Os fatores acima mencionados, no caso dos mercados do algodão e do milho, que sofreram quedas nas suas cotações (1,3% e 1,7%, respectivamente) respondem pelo ligeiro aumento, esta quinzena, do preço relativo destes dois produtos em comparação com aquele observado há um mês.

Trigo / Milho

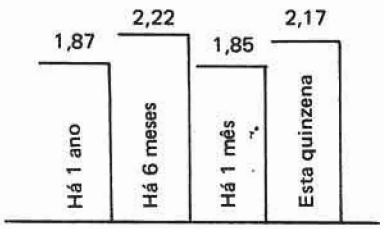


A boa produção norte-americana de trigo de inverno na safra 1981/82 (1,2% superior à safra recorde precedente) respondeu pela redução de 3,8% na cotação do cereal na última quinzena, se comparada com a posição de um mês antes. A ligeira queda observada no preço relativo trigo/milho no período explica-se, assim, pela associação deste movimento baixista do preço do trigo à desvalorização menos acentuada do preço do milho.

FONTES: Algodão: Unicom, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom, Commodity Year Book.

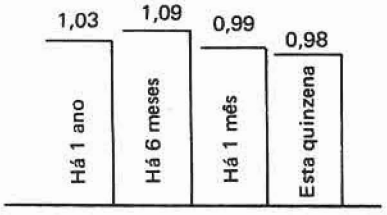
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo
Frango Vivo



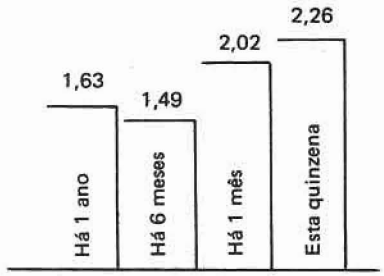
O aumento de 18,7% ocorrido na cotação do boi gordo na última quinzena, em comparação com aquela de um mês antes, explica-se não só pelo fato de a época ser de entressafra, como também devido ao maior volume de carne exportada e ao atraso na distribuição do estoque de carne congelada. Conseqüentemente, o preço do frango vivo, em que pese sua elevada oferta aos abatedouros, sofreu ligeira elevação no período. Desta forma, elevou-se o preço relativo boi gordo/frango vivo desta quinzena, ultrapassando o patamar verificado em igual período do ano passado.

Frango Vivo
Ração Ave Corte



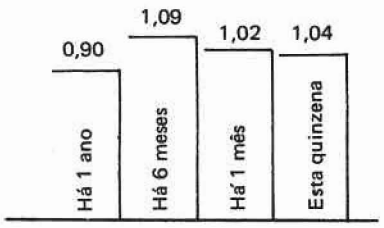
As elevações havidas nos preços do milho e da soja, esta quinzena, levaram as indústrias de ração a reajustarem o preço do seu produto em 2,1% frente ao preço praticado um mês antes. A associação desta elevação ao pequeno (0,8%) aumento verificado no preço do frango vivo no período justifica o novo preço relativo frango vivo/ração para ave de corte.

Soja
Milho



Fatores como a quebra da safra brasileira e menores estoques de grãos e produtos em poder da indústria, responderam pelo aumento de 16,1% da cotação da oleaginosa na última quinzena, em comparação com a de um mês antes. Permaneceu, também, a mesma tendência no mercado do milho, cujo preço elevou-se 4,0% no período, uma vez que encerrou-se a colheita da safra 1981/82 no Centro-Sul, ao mesmo tempo em que aumentava a perspectiva (há pouco confirmada) de exportação do cereal ainda este ano. Desta forma, o preço relativo na última quinzena encontra-se em patamar superior àquele observado há um mês. Observe-se que, há um ano, a relação apontava menor vantagem comparativa de preço para a soja.

Feijão Preto
Feijão Carioquinha



O ligeiro aumento observado, esta quinzena, neste preço relativo em comparação com aquele de há um mês, deveu-se ao grande volume de oferta de feijão da safra 1981/82, o que deprimiu os preços do feijão carioquinha em 0,7%, enquanto que aumentava em 1,7% o preço do feijão preto: a CFP agiu de modo a manter as cotações desta variedade próxima do preço mínimo, comprando os estoques do produto, o que, em última análise, busca evitar maior descontentamento dos produtores e a conseqüente retração da área plantada com a safra 1982/83.

FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

Composto e Impresso na



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC–02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Aldo Batista Franco, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Octávio Gouvêa de Bulhões. **Membros suplentes**: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Manoel Fernando Thompson Motta.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tàrso Leal, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
- Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
- Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
- Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
- Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
- Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
- Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Luiz Aranha Corrêa do Lago



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL